

PASSAPORTE BÁSICO PARA A AUTODETERMINAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

2014

Alice Ribeiro

Licenciada em Psicologia pela Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação da Universidade de Coimbra. Pós-Graduada em Clínica Cognitivo/Comportamental pela Escola Superior de Altos Estudos do Instituto Superior Miguel Torga. Possui 23 anos de experiência profissional na área da reabilitação, encontrando-se desde Agosto de 1995 a desempenhar funções de Psicóloga na Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (A.P.P.A.D.M.) de Coimbra. Acumula ainda cargos de chefia, nomeadamente funções de coordenadora de Pólo na valência da Formação Profissional e de direção da Unidade Funcional de Montemor-o-Velho da APPACDM de Coimbra. Desde 2005 que se constitui como pessoa de apoio, dinamizando e impulsionando o movimento de autorrepresentação na instituição com grupos de clientes da valência de Centro de Atividades Ocupacionais.

E-mail de contato:
alice.rbr@gmail.com

RESUMO

O conceito de Autodeterminação está associado ao direito que cada um tem para 'governar' ou dirigir a sua própria vida. Refere-se a capacidades e a direitos. Ter uma limitação ou deficiência intelectual não significa ter dificuldades em decidir e projectar a sua própria vida. Ter necessidade também de apoios específicos não é sinónimo de incapacidade ou pouco sentido de autodeterminação, como algumas pessoas pensam. O ser mais ou menos autodeterminado depende de vários factores. Este artigo mostra que é necessário incrementar oportunidades, mudar formas de pensar, agir e repensar atitudes em relação às pessoas com deficiência para que estas possam agir com mais autodeterminação. Pretende-se com estes apontamentos servir à reflexão sobre e sob um olhar diferente na pessoa com deficiência intelectual quanto às questões de autodeterminação. Poderão constituir uma ajuda para o incremento de boas práticas e contribuir para a melhoria da sua qualidade de vida.

Palavras-chave: Autodeterminação, auto-representação, deficiência intelectual, empowerment.



1. AUTODETERMINAÇÃO, DEFINIÇÃO DE...

Autodeterminação refere-se à capacidade da pessoa para saber o que e como escolher, definir e alcançar objetivos pessoais, requerendo para tal um conhecimento muito abrangente de si próprio, quer nas suas necessidades, expectativas e potencialidades. Basicamente, refere-se ao controlo que a pessoa tem sobre a sua própria vida. Significa ter poder!

A perceção de competências de autodeterminação sugere assim à própria pessoa, nas oportunidades que lhe vão surgindo ao longo da sua vida, expectativas e interesses em traçar metas pessoais, tornando-o assim responsável, ao mesmo tempo que permite ao sujeito viver a sua vida plenamente.

1.1. Autodeterminação e auto-representação

O termo “autodeterminação” apresenta uma relação estreita com muitos outros, nomeadamente auto-advocacia ou auto-representação. Historicamente, estes últimos termos representam o envolvimento da própria pessoa com deficiência na defesa dos seus direitos e na expressão de suas necessidades. Constituíram-se como movimentos por uma sociedade inclusiva que luta pela igualdade de participação sem restrições. Destes movimentos surgiram considerações sobre a conceção do individuo com autonomia e capacidade, menosprezando o foco nas suas limitações e incapacidades. Também destes surgiu a conceção do individuo enquanto pessoa, não enquanto alvo de intervenção.

Desta forma, este conceito revolucionou todos os serviços de apoio à pessoa; nomeadamente os serviços de reabilitação que anteriormente eram assistencialistas (eram os profissionais que diziam o que melhor servia ao cliente e sua família), passaram a ter que colocar a tónica na capacidade que cada pessoa tem em controlar a sua vida e a planificar uma intervenção mais flexível, focada nos ambientes naturais da pessoa que apoiam (passaram a arranjar os serviços e apoios que a pessoa acha melhor para ela própria).

Na área da deficiência intelectual, em Portugal, a nova consciencialização do papel ativo do sujeito foi morosa, tendo os vários serviços especializados procurado estratégias para dotar os clientes de competências necessárias para gerir a sua própria vida, fazendo valer assim a sua opinião nas decisões que lhe diziam respeito e, ao mesmo tempo, sensibilizar os profissionais para a necessidade de mudança no paradigma de intervenção. Uma delas foi a criação de grupos de Auto representantes.



1.2. Autodeterminação, direito e capacidade

O conceito pode ser entendido sobre duas perspetivas; a primeira remete para a autodeterminação como um princípio fundamental dos Direitos Humanos e a segunda para a noção de capacidade.

... *Direito*...

Em relação ao primeiro aspeto, o termo é utilizado para se referir ao direito que as pessoas têm para estabelecer o seu projeto de vida baseado na sua individualidade e em exercer controlo sobre si próprio. Confrontados com esta referência dos direitos humanos, surgem questões, tais como: “então? Como é que as pessoas que apresentam maiores limitações, aquelas que não expressam nem conseguem projetar-se num futuro, poderão ter direito à autodeterminação?”

Podemos acreditar que o exercício da autodeterminação em pessoas com dificuldades graves e/ou profundas está garantido indiretamente com o apoio de pessoas que lhe são significativas. São essas pessoas quem as melhores conhecem e as poderão ajudar a construir o seu projeto de vida.

... *Capacidade*...

Utilizamos o termo autodeterminação para nos referir à capacidade da pessoa para selecionar, escolher, tomar decisões e assumir com as responsabilidades que delas advém. Basicamente, consiste num conjunto complexo de aptidões que reflete várias características, nomeadamente a capacidade de autonomia, autorregulação, empowerment psicológico e autorrealização.

Ser *autónomo* significa agir por si, tendo em conta preferências, aptidões e interesses. A literatura existente identifica as áreas de funcionamento autónomo como atividades de autocuidado, organização familiar, e utilização dos recursos da comunidade.

A *autorregulação* remete para a capacidade da pessoa tomar decisões relativamente à competência que poderá utilizar num determinado momento, analisar a tarefa que está a realizar, como a vai realizar e avaliá-la, modificando-a, caso seja necessário. Implica assim comportamentos de autocontrolo, autoavaliação e autorreforço, comportamentos de definição e persecução de objetivos e capacidade de resolução de problemas.

O *empowerment psicológico* implica o domínio da personalidade, já percebido em formas de eficácia pessoal, expectativas e motivações. Podemos assim compreender que a pessoa que possui “capacidade psicológica” acredita que tem controlo sobre as coisas que lhes são importantes, tem noção que é capaz e faz tudo para atingir o seu objetivo.

Uma pessoa com características de *autorealização* é aquela que utiliza o conhecimento que tem de si próprio, quer das suas capacidades quer das suas limitações.

Seguidamente, apresenta-se um quadro explícito e comparativo de algumas características do grau de comportamento de autodeterminação.

Características da Autodeterminação

<i>Comportamentos de autodeterminação</i>	<i>Comportamento de autodeterminação mínima</i>
Conhece as suas competências /potencialidade (“Eu sou bom em...”)	Não sabe dizer o que faz bem
Conhece as suas fraquezas	Não diz onde erra ou tem maiores dificuldades
Conhece as suas necessidades (#Eu preciso de ajuda para...”)	Não reconhece necessidades (diz não as ter)
Sabe como escolher (Estou interessado em...)	Não sabe o que escolher, para ele(a) está sempre bem
Sabe o que quer (define objetivos pessoais/Expectativas) (As coisas que eu quero este ano são...”)	È indeciso a maior parte das vezes
Sabe como fazer para conseguir o que pretende	Não indica soluções
È assertivo (autorregula o seu comportamento)	Não diz nada, grita e exige, é passivo ou agressivo
Quer atualizar informação (saber mais)	È resignado, não sendo capaz de dizer que gostava de saber mais disto ou daquilo ou experimentar outra atividade
È criativo	Faz sempre a mesma coisa
È orgulhoso/a pelos seus êxitos	Pensa que o sucesso é dos outros
È persistente	Não insiste ou pensa noutras estratégias, deixando-se ficar (quando alguém lhe diz por exemplo que assim não vai conseguir)
Sabe defender-se	Pede constantemente ajuda aos outros em situações de perigo
Tem responsabilidade nos seus atos	Nega os erros que comete (foge)

1.3. Processo de construção da autodeterminação

Entendemos a capacidade de autodeterminação como um processo de desenvolvimento que emerge ao longo da vida e que se incrementa através da interação do próprio com o próprio e o meio envolvente. O ser mais ou menos autodeterminado depende das oportunidades e das

experiências individuais, variando através do tempo e dos contextos situacionais. As experiências pessoais e os suportes também contribuem para expressar um nível de autodeterminação. Este processo pode ser feito passando pelas seguintes componentes: Pensar, Fazer e Avaliar, sendo que cada componente terá 2 fases, as quais passamos a descrever:

PENSAR

- 1 - Identificar e expressar os seus próprios interesse e necessidades e habilidades
- 2 - Identificar expectativas e metas para atingir essas necessidades e interesses.

FAZER

- 1 - Fazer escolhas e definir objetivos para atingir as metas e as expectativas
- 2 - Executar ações para completar o plano

AVALIAR

- 1 - Avaliar os resultados da ação
- 2 - Alternar planos e ações, e caso necessário rever e definir metas mais eficazes

O seguinte quadro poderá elucidar este processo e ajudar a compreender as estratégias e recomendações a adoptar.

Processo de AUTODETERMINAÇÃO						
COMPONENTES	Pensar		Fazer		Avaliar	
	1	2	1	2	1	2
FASES	Identificar e expressar interesses, necessidades e capacidades/potencialidades	1-Identificar expectativas 2-Definir metas para atingir os seus interesses e colmatar as suas necessidades	1-Fazer escolhas 2-Definir objetivos para atingir as metas e as expectativas	Executar ações para concretizar o plano	Avaliar os resultados da ação executada	Alternar planos e ações, e caso necessário rever e definir as metas mais eficazes
EU	“Gosto de” “Preciso de... e de...” “ Sou simpático e sei fazer...”	Gostava de... Para isso, preciso de fazer...X.	Prefero ... Opto.... “Para fazer isso, tenho de....	Faço isto	Consegui/Não consegui	Senão consegui X (isto), preciso antes de fazer Y(aquilo)

2. RECOMENDAÇÕES AOS PROFISSIONAIS/ TÉCNICOS, FAMILIARES E OU SIGNIFICATIVOS

As sugestões que se seguem pretendem fundamentalmente promover a capacitação para a autodeterminação e baseiam-se no princípio que a norteia, nas informações atrás descritas e nas experiências em grupos de autorrepresentação de pessoas com deficiência intelectual na APPACDM de Coimbra.

Todas as pessoas, independentemente das suas condições de saúde física e perfil de funcionalidade, precisam de apoio para o desenvolvimento de aprendizagens ao longo das suas vidas. Ter uma limitação ou deficiência significa aprender coisas específicas com a colaboração de técnicos especialistas, num ritmo próprio e forma individual. O facto de essa pessoa ter necessidade de ser apoiada não significa que seja incapaz e inábil. Partindo da verdade que todos somos pessoas com direitos e acreditando na existência de espiritualidade e capacidade cognitiva, merece que todos adotem uma perceção diferente em relação às pessoas com deficiência. Para que qualquer pessoa assuma controlo sobre a sua própria vida é necessário ter oportunidade para escolher e tomar decisões. Assim, para que a autodeterminação de uma pessoa com deficiência seja possível e bem-sucedida é necessário que todos pensem nessa pessoa como uma pessoa talentosa e capaz de participar ativamente na comunidade. O termo autodeterminação está amplamente associado ao conceito de qualidade de vida; vários estudos sugerem que indivíduos autodeterminados são mais autónomos e conseguem alcançar melhores níveis de qualidade de vida.

Assim, é importante que os profissionais e os significativos da pessoa entendam a relevância desta temática, das suas sugestões interventivas e procurem oferecer através delas capacitação para a autodeterminação no apoio continuado e sistemático.

Sem uma mudança na atitude /comportamentos na prestação de serviços ou apoio a autodeterminação da pessoa com deficiência mental não será possível.

Existem algumas premissas que devemos seguir:

- i. Todas as pessoas são autodeterminadas;
- ii. A deficiência ou incapacidade não são obstáculo à autodeterminação;
- iii. Promover a autodeterminação nas pessoas implica acreditar na pessoa enquanto pessoa única;



- iv. A autodeterminação do indivíduo depende das capacidades, necessidades e interesses individuais da pessoa incluída num contexto social singular.

Uma pessoa com deficiência mental com graves e/ou profundas limitações, com apoio, pode ter a oportunidade e a capacidade de fazer escolhas e tomar decisões, de exercer controlo sobre os serviços e apoios especializados; Pode ainda ter poder para controlar os recursos e obter os serviços necessários, participar e colaborar na e para a sua comunidade envolvente; Pode ainda usufruir de apoio, inclusive económico, para se defender, desenvolver capacidades de liderança e ser Auto representante. Promover a autodeterminação significa compreender a pessoa como capaz e competente.

De forma a promover a autodeterminação em pessoa com deficiência mental os técnicos deverão adotar as seguintes estratégias:

- I. Ter em consideração a metodologia “Planificação centrada na pessoa”. Esta metodologia tem como pressuposto o conceito de pessoa vista como um indivíduo único, vista como diferente de todas as outras, em todos os aspetos, mas particularmente no que diz respeito às suas necessidades, potencialidades e interesses e sonhos pessoais. Esta estratégia tem como prática a individualização da intervenção e planificação dos apoios e serviços, feita sempre com a participação e o envolvimento ativo da pessoa, alheada apenas na suposição emitida pelos técnicos e outros sobre as necessidades /apoios do indivíduo.
- II. Fazer escolhas baseadas nas nossas preferências é sem dúvida um dos aspetos que define a autonomia pessoal. Aprender a fazer escolhas é possível mesmo em pessoas com deficiência, desde que os profissionais lhes deem oportunidade para o fazerem de forma sistemática e consistente; as estratégias podem passar por ensinar em contextos formais de educação e noutros como sendo os mais naturais possíveis, fazer uma rotina de oportunidades de escolha, durante o dia, seja em escolhas relacionadas com aprendizagens académicas, tempo livres, etc. e começar com um número limitado de opções que se irão alargando à medida que a pessoa aprenda e claramente comunicar à pessoa que efetuar escolhas tem limite (ou seja, em determinadas situações não podemos escolher ou negociar).
- III. Identificar metas e ajudar as pessoas a desenvolver planos de ação, bem como ajudar a monitorizá-los tem mostrado que incrementa o sucesso em vários contextos educacionais e profissionais.
- IV. Envolver a família e outros significativos, não somente através da sua participação em encontros/reuniões, através da uma colaboração ativa contribui em grande medida para



criar oportunidades da pessoa praticar comportamentos autodeterminados em casa e em contextos comunitários.

- V. Enriquecer os contextos ambientais, dando-lhes oportunidade para integrarem outros, mais do que aqueles que eles conhecem, potencia outras interações e outras escolhas e decisões.

Continuamente, encontram-se simples *recomendações* a seguir, estas baseadas nas estratégias referidas. Assim, devemos:

1. Acreditar que as pessoas com deficiência mental são os protagonistas da sua vida e por isso confiar que sabem decidir;
2. Reforçar positivamente comportamentos, centrando-se mais nas aptidões e potencialidades do que nas limitações e deficiências;
3. Impedir a desconfiança nas competências da pessoa evitando críticas negativas e a sua infantilização;
4. Facilitar uma relação de confiança e de entendimento mútuo;
5. Criar momentos de relacionamento de troca (dar e receber), em contextos calmos e tranquilos;
6. Utilizar perguntas abertas (ex: como, porquê, onde) pois potenciam mais respostas alternativas ou expressão livre, em vez das fechadas cujas respostas são o sim e não”.(ex: perguntar: “Na tua opinião, qual é o melhor doce?” Não perguntar: “Gostaste do doce de laranja?”)
7. Incentivar a utiliza o pronome EU quando se refere a si pp (ex: EU vou à sessão de música e não Adriana vai á...)
8. Potenciar momentos geradores de motivação à aprendizagem, incentivando a aprender e a ser responsável pelas suas escolhas e decisões.
9. Parar o que está a fazer, sempre que alguém quer falar, olhando nos olhos dela e demonstrar interesse pelo que diz. Prestar atenção! Sorrir e utilizar expressões verbais incentivadoras da comunicação (ex: OK, Hum!), assim como incentivá-la a dar o seu contributo demonstra o interesse por aquilo que a pessoa está a dizer (ex: Podes dar um exemplo?/ O que podias ter feito? Fala-me ou conta-me mais sobre isso que está a contar, se quiseres)
10. Ajudar a pessoa a definir expectativas realistas, recordando as suas limitações;
11. Respeitar o direito à privacidade e intimidade;
12. Dar poder à pessoa para que escolha e decida, responsabilizando-a pela consequência dos seus atos;



13. Não controlar nem dirigir a pessoa, apoiá-la;
14. Deixar que a pessoa arranje soluções para os problemas, permitindo que erre e possa aprender com os erros
15. Não exercer repressão nem aplicar castigos;
16. Não deve adotar uma atitude paternalista;
17. Saber tolerar possíveis desacordos na opinião formada e até incertezas;
18. Dar toda a informação possível, não escondendo nada;
19. Ajudar a pessoa a fazer escolhas baseadas em conhecimentos ou informações
20. Utilizar os canais de comunicação adequados e ajustados à pessoa para que ela não tenha medo ou não seja capaz de expressar os seus gostos, interesses e metas de futuro; Utilizar uma linguagem breve e clara para que ela entenda;
21. Sempre que não entender o que a pessoa está a dizer, deve reformular, ou seja recapitular a mensagem que ela disse de outra forma para se certificar que é aquela que a pessoa disse (Ex: Então, tu quiseste dizer que....”
22. Enriquecer e diversificar contextos ambientais (sem conhecer vários, não poderá decidir o que quer).

A FOLHA GUIA COM ESTRATÉGIAS E EXEMPLIFICAÇÃO DE COMPORTAMENTOS que se encontra na página seguinte pretende colocar os técnicos/profissionais e outros a refletir sobre comportamentos a adoptar de forma a incrementar o desenvolvimento da autodeterminação nas pessoas com deficiência intelectual.

3. CONCLUSÃO

O comportamento autodeterminado refere-se a uma série de acções (tomar decisões, escolher,etc) que capacitam o individuo para atuar como agente causal na sua própria vida , mantendo e melhorando a sua qualidade de vida. Uma pessoa com deficiência intelectual parece ter menos habilidades para que isso aconteça e portanto parece assim menos autodeterminada. O que acontece é que as próprias limitações, e outros factores, tais como condições de saúde, oportunidades, contextos ambientais dessa pessoa, restringem e limitam o seu grau de autodeterminação. De forma a contrariar isso e a promover a autodeterminação nas pessoas com deficiência intelectual, caberá aos técnicos, profissionais e demais intervenientes, avaliar essa pessoa e incentivar qualquer fase e comportamento. A capacitação de comportamentos de autodeterminação será possível através da mudança de atitudes e adopção de estratégias específicas. Apenas assim poderemos conseguir que as pessoas expressem preferências, desejos,

necessidades e se envolvam na resolução dos seus problemas e tomada de decisões, fazendo planos e agindo ativamente na sua própria vida.

FOLHA GUIA COM ESTRATÉGIAS E EXEMPLIFICAÇÃO DE COMPORTAMENTOS			
Componente	Fases	Estratégias	Exemplos
PENSAR	Identificar e expressar interesses, necessidades e capacidades/potencialidades	Potenciar o autoconhecimento / a descoberta de si próprio; Utilizar reforço positivo;	“ Bom, conseguiste colocar a bola no cesto” “Já percebi que tens jeito para fazer tapetes” “Penso que fizeste bem em escolher comer dieta em vez do normal, isso mostra que consegues controlar-te”
	Identificar expectativas	Ajudar a pessoa a pensar sobre o que espera que aconteça depois de realizar uma tarefa ou, depois de a realizar, questioná-la detalhadamente a fim de detectar possíveis expectativas	“ Este fim-de-semana vais participar numa prova de atletismo, o que esperas conseguir? Ou (depois de fazer a atividade) “Já tinha feito isto, antes?”
	Definir metas para atingir os seus interesses e colmatar as suas necessidades	Incutir a necessidade de estabelecer metas orientadas ao processo	“No final de 2 semanas de treino, deverás conseguir passar 2 obstáculos sozinho, sem ajuda
FAZER	Fazer escolhas	Dar oportunidade à pessoa para decidir o que quer num determinado momento em relação a várias opções. Ensinar a pessoa que essa escolha é resultado das preferências que cada um tem e que vai ter impacto. Incrementar oportunidades para a pessoa poder escolher	“Hoje, podem escolher o instrumento musical que mais gostarem para que tocar uma música alegre, em conjunto (sessão de música) ” “ a seguir ao intervalo, durante meia hora, poderás escolher trabalhar ou estar parado. “
	Definir objetivos para atingir as metas e as expectativas	Estabelecer objetivos com dificuldade fraca e ir aumentando a sua complexidade gradualmente. Explicar o propósito do objetivo	Primeiro, para conseguires melhorar os movimentos do braço direito, deverás conseguir levantá-lo 3 vezes, sem ajuda” “ Seguras nesta ponta do fio, fazes força, puxando-o para ti, só assim conseguirás fazer bem a tela”
	Executar ações para concretizar o plano	Planejar com a pessoa todas as ações que ela necessita de efectuar para para atingir um resultado desejado. Até “não fazer nada” pode ser uma ação necessária para atingir um objetivo. Utilizar grelhas de registo (mapa de tarefas)	“Muito bem, queres ir trabalhar para o supermercado...então, para conseguires isso, o que é que precisas de fazer? Quem te pode ajudar? Quando é que queres conseguir isso, daqui a uma semana, um mês, em janeiro?”
AVALIAR	Avaliar os resultados da ação executada	Utilizar registos de autoavaliação de atitudes e comportamentos, mapa semanal de comportamento.	“Sim, conseguiste melhorar a coordenação do braço, pois não faltaste a nenhuma sessão de fisioterapia, fazendo um grande esforço para teres sucesso”
	Alternar planos e ações, e caso necessário rever e definir as metas mais eficazes	Proporcionar alternativas de atividades, tarefas e materiais; reforçar todas os comportamentos alternativos	“Bem, senão queres fazer esse trabalho, podes pensar noutro tipo pois aquilo que queres não é ganhar dinheiro, mas sim para estar com outras pessoas.”



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fazenda, Isabel- *Emporwerment e Participação, uma estratégia de mudança*- Centro Português de Investigação e História e Trabalho Social, [Consult.0 2012]
Disponível em www.cpihts.com/pdf/empowerment

Gil, R. P. -Información y sugerencias para una persona de apoyo que empieza- Siglo Cero, *Revista Española Sobre Discapacidad Intelectual*, 38 (2), 55–73. (2007) [Consulta 16.Nov.2012]
Disponível em <http://riberdis.cedd.net/handle/11181/3160>

loon,J. V. -*Autodeterminacion para todos, la autodeterrnacion en arduin*- Siglo Cero, *Revista espanhola sobre discapacidad intelectual*, vol.37,nº220,2006, pág.35 a 46 [Consult. 2012]
Disponível em www.feaps.org/.../262-autodeterminacion-para-todo...

Martín, E.C. -*que es la autodeterminacion?*- Siglo Cero *Revista Española Sobre Discapacidad Intelectual*, Vol.37(4), nº220, 2006, pág79-92. [Consult. 2012]
Disponível em <http://www.feaps.org/archivo/publicaciones-feaps/siglo-cero/numeros-gratuitos/372-n220.html>

Murcia,J.A.M.,Coll, D.G.C.-*A permanência de praticantes em programas aquáticos baseada na Teoria da Autodeterminação*- *Fitness & Performance Journal*, V.5,nº1,p.5a9,2006 [Consult. .Jan.2011]
Disponível em

Sheldon Loman, Ph.D., Christopher Vatland, Ph.D. Candidate Kathleen, Strickland-Cohen, Ph.D. Candidate, Rob Horner, Ph.D. Hill Walker, Ph.D., Research Director-*Promoting Self-Determination: A Practice Guide*- A National Gateway to Self-Determination, 2010, UCEDD Leadership Consortium [Consult. a 2012].)
Disponível em <http://ngsd.org/news/promoting-self-determination-practice-guide>

Pernia, S - *Autodeterminación e Calidad de vida em personas Discapacitadas* -Tesis Doctoral, Universidad Autónoma de Barcelona, Departament de Pedagogia Aplicada, Facult de Ciencies de L' educació, 2004, pág 58-98 [Consult. 30]
Disponível em www.tdx.cat/bitstream/10803/5044/1/srp1de2.pdf

Desconhecidos, La autodeterminación de las personas con discapacidad intelectual, Feaps, caja Madrid, obra social, 2001 [Consult.]

Disponível em www.feaps.org/.../autodeterminacion

Wehmeyer, M.L.-autodeterminacion y personas con discapacidades severas- SigloCero, Revista espanhola sobre discapacidad intelectual, vol.37, nº220, 2006, pág 5-16 [Consult.]

Disponível: www.feaps.org/.../260-autodeterminacion-y-personas-com-discapacidades-severas.html

Williamson, Toby -Decisions, decision-*Mental Health Today*; ProQuest Psychology, (Oct 2007) [Consult. 2011];

Desconhecido-*What is Intellectual Disability?*- Understand Self Advocacy-EDAC-Pág 13a 15. Disponível em www.edac.org.au/letmespeak/html/selfadvocacy.html - 15k

